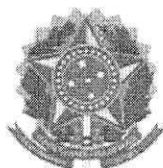


02070.003814/2018-35

Número Sei:4318377

**MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE****INSTITUTO CHICO MENDES DE CONSERVAÇÃO DA BIODIVERSIDADE****DIRETORIA DE CRIAÇÃO E MANEJO DE UNIDADES DE CONSERVAÇÃO**

EQSW 103/104, Bloco "C", Complexo Administrativo - Setor Sudoeste - Bairro Setor Sudoeste
- Brasília/DF - CEP 70670350

Telefone: (61) 2028-9078/9079

Ofício SEI nº 381/2018-DIMAN/ICMBio

Brasília, 12 de dezembro de 2018

Ao Senhor

JOÃO PAULO SOTERO DE VASCONCELOS

Diretoria de Áreas Protegidas

Ministério do Meio Ambiente

Ed. Marie Prendi Cruz SEPNI 505 Norte, Bloco "B". 4º andar, sala 411

70.730-542 - Brasília DF

Assunto: Resposta ao ofício encaminhado pelo FUNBIO, a respeito das contratações de serviço de aluguel de embarcações pelo Programa ARPA.

Referência: Caso responda este Ofício, indicar expressamente o Processo nº 02070.003814/2018-35.

Senhor Diretor,

Ministério do Meio Ambiente
Recebido/CGGA/SEPRO

Data: 14/12/18

Carina Rodrigues
Rubrica

15:28

1. Vimos apresentar as informações solicitadas no Ofício nº 5654/2018 – MMA (SEI nº 3726907), quanto às alternativas de execução que estão sendo implementadas pelas 12 Unidades de Conservação Federais, consideradas como casos de "exceção", no tocante às exigências documentais para contratação de aluguel de embarcações, no âmbito do Programa ARPA.
2. Em contato com os chefes das unidades, fomos informados que as mesmas estão executando as atividades que requerem embarcações, de forma precária, tendo como consequência uma implementação limitada das mesmas. As unidades estão utilizando voadeiras

do próprio Instituto Chico Mendes, por meio da contratação de barqueiros, na modalidade de serviços de pessoa física. No entanto, esta alternativa atende apenas à necessidade de embarcações de pequeno porte, que corresponde à apenas atividades da rotina de operacionalização.

3. Ainda segundo os mesmos gestores, as ações de monitoramento da biodiversidade, reuniões de conselho e fiscalização, que demandam maior número de pessoas e transporte de material de campo, já estão com o planejamento prejudicado por conta da suspensão da contratação das embarcações, o que acarretará no comprometimento do alcance das metas estabelecidas pelo Plano de Consolidação destas UCs.

4. Diante do exposto e em contrapartida ao posicionamento do FUNBIO, na Carta 462/2018 (SEI nº 3583219), encaminhamos o Parecer 00286/2018/COMAD/PFE-ICMBIO/PGF/AGU (SEI nº 4153329) e o Despacho 00423/2018//COMAD/PFE-ICMBIO/PGF/AGU (SEI nº 4153329) que concluiu que não cabe ao ICMBio assinar o Termo de Responsabilidade nos moldes propostos pelo FUNBIO. Reiteramos a solicitação de alternativas de execução da contratação de aluguel de embarcações e manifestamos concordância com a proposta de submissão desta discussão aos colegiados do Programa.

5. Coloco-me à disposição para maiores esclarecimentos e auxílio em deliberações posteriores.

Atenciosamente,

RICARDO BROCHADO ALVES DA SILVA

Diretor Substituto



Documento assinado eletronicamente por **Ricardo Brochado Alves Da Silva, Diretor(a) Substituto**, em 13/12/2018, às 11:01, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <https://sei.icmbio.gov.br/autenticidade> informando o código verificador **4318377** e o código CRC **24ACBF16**.



ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO
 PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
 PROCURADORIA FEDERAL ESPECIALIZADA JUNTO AO INSTITUTO CHICO MENDES DE CONSERVAÇÃO
 DA BIODIVERSIDADE
 COORDENAÇÃO DE MATÉRIA ADMINISTRATIVA

PARECER nº 00286/2018/COMAD/PFE-ICMBIO/PGF/AGU

NUP: 02070.003814/2018-35

INTERESSADOS: INSTITUTO CHICO MENDES DE CONSERVAÇÃO DA BIODIVERSIDADE - ICMBIO

ASSUNTOS: MEIO AMBIENTE

EMENTA: ADMINISTRATIVO. ACORDO DE COOPERAÇÃO PARA EXECUÇÃO E IMPLEMENTAÇÃO DO PROGRAMA ARPA. AÇÕES TENDENTES À EXECUÇÃO DO PROGRAMA ARPA PELO ICMBio E PELO FUNBIO NA CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS DE TRANSPORTE AQUAVIÁRIO. RESPONSABILIDADE DIRETA PELA REGULARIDADE E SEGURANÇA DA EMBARCAÇÃO PELO CONCESSIONÁRIO DE SERVIÇO DE TRANSPORTE AQUAVIÁRIO, SENDO ELE ARMADOR OU PROPRIETÁRIO, ALÉM DO COMANDANTE SOBRE ASPECTOS LIGADOS À REGULARIDADE DA NAVEGAÇÃO. COMPARTILHAMENTO DE RESPONSABILIDADES ENTRE O ICMBIO E FUNBIO NA EXECUÇÃO DO PROJETO ARPA.

I - RELATÓRIO

1. Cuida-se de consulta formulada pela DIMAN/ICMBio acerca de dificuldades observadas na execução de ações que seriam objeto do Programa Áreas Protegidas da Amazônia – ARPA (Fase III), instituído por meio de Acordo de Cooperação firmado entre o ICMBio com o FUNBIO, com interveniência do Ministério do Meio Ambiente - MMA, cujo objeto é o estabelecimento de cooperação entre os partícipes para a implementação das atividades de aquisição de bens e contratação de serviços e obras, para criação, implementação e consolidação de Unidades de Conservação pelo referido Programa.
2. Consta dos autos a seguinte documentação, sendo a mais significativa para a presente análise:

Descrição dos Documentos	Registro SEI
Ofício SEI nº 134/2018-DIMAN/ICMBio, dirigida à À Senhora MOARA GIASO, Diretora de Áreas Protegidas do Ministério do Meio Ambiente.	3135194
Carta 462/2018, de 13 de julho de 2018, pela qual o FUNBIO responde ao Ofício SEI nº 134/2018-DIMAN/ICMBio.	3583219
Despacho Interlocutório	3573677
Ofício 5654/2018-MMA, de 15 de agosto de 2018	3718153
Despacho Interlocutório	3718215
Ofício 5654/2018-MMA, de 15 de agosto de 2018	3726907
Nota Técnica nº 17/2018/DPES/COTAM/DIMAN/ICMBio	3892627
Formulário para Consultas Específicas	3892933
Acordo de Cooperação Técnica	3895435
Despacho Interlocutório	3936143

3. Eis o relatório, passa-se à apreciação da matéria em apreço.

II - ANÁLISE JURÍDICA

4. Ressalto, preliminarmente, que o presente exame limitar-se-á aos aspectos jurídicos da matéria proposta e de regularidade processual, abstendo-se quanto aos aspectos técnicos, financeiros ou que exijam exercício da discricionariedade administrativa dos setores e gestores competentes deste Instituto. Nesta senda, registra-se, que cabe a este Órgão Jurídico de execução da Procuradoria-Geral Federal, vinculada à Advocacia-Geral da União, prestar consultoria sob o prisma estritamente jurídico, sem adentrar em aspectos relativos à conveniência e oportunidade dos atos praticados, nem, reitere-se, analisar aspectos de natureza eminentemente técnico-administrativa, à luz do que dispõe o Art. 131, da Constituição Federal de 1988, e o Art. 10 da Lei nº 10.480, de 2 de julho de 2002 c/c Art. 11, da Lei Complementar nº 73, de 10 de fevereiro de 1993 em cotejo com o teor do Art. 38 da Lei nº 8.666/93.

5. O cerne da questão parece ser o fato de que, para o desenvolvimento das atividades inerentes ao Acordo de Cooperação celebrado com o FUNBIO, é preciso local embarcações cujos proprietários não conseguem apresentar toda a documentação exigida por essa entidade para essas localidades, o que cria dificultaria o cumprimento das obrigações prescritas no Acordo, no transporte de pessoal e equipamentos para a execução das atividades relacionadas ao Programa ARPA, sendo que a proposta do FUNBIO para suprir a falta da documentação, seria o ICMBio apresentar, segundo refere o Ofício SEI nº 134/2018-DIMAN/ICMBio, "Termo de Responsabilidade", para que "a Autarquia assim ateste as condições de segurança da embarcação contratada, a fim de compartilhar encargos posteriores, que possam incidir sobre o contratante".

6. No Ofício do Presidente do ICMBio, foi manifestada a inconformidade com esse "Termo de Responsabilidade", até porque, não constitui obrigação da Autarquia assumir responsabilidade dessa natureza, citando-se dispositivos do Item I da CLÁUSULA TERCEIRA do Acordo de Cooperação, verbis:

“Item I – compete ao ICMBio:

- i) Fornecer as informações necessárias para que o FUNBIO possa executar os orçamentos bianuais aprovados, bem como informar os locais de entrega e pessoal responsável pelo acompanhamento dos serviços contratados, especificações e termos de referência na forma e com o conteúdo exigidos pelos processos de compras e contratações efetuadas pelo FUNBIO;

Parágrafo Único: O ICMBio não será responsável solidariamente, direta ou indiretamente, por quaisquer atividades ou obrigações que não tenha assumido expressamente nesse instrumento.

Item II – compete ao FUNBIO:

- b) Contratar em seu nome, com os recursos do Fundo de Transição, observado o disposto no MOP, ações previamente definidas nos Planos Estratégicos Plurianuais, previamente definidos e aprovados pelo Comitê de programa, conforme as regras definidas na legislação brasileira e nos contratos de doação, observando ainda os procedimentos estabelecidos no Manual Operacional do Programa ARPA.”

7. Após o envio do Ofício SEI nº 134/2018-DIMAN/ICMBio, o FUNBIO veio a responder o expediente, tanto para a Diretoria de Áreas Protegidas do MMA, quanto para o Presidente do ICMBio, e, em síntese, disse que:

- Em relação ao Item 1 do Ofício SEI nº 134/2018-DIMAN/ICMBio, o FUNBIO alega que os requisitos legais para uma embarcação transitar em acordo com a Legislação Náutica, são os que constam na NORMAM 02, da Marinha do Brasil, se referem à documentação da embarcação, do Condutor e da tripulação. Foram definidas algumas UCs que seriam exceções e, portanto, para as quais os documentos mencionados acima não seriam exigidos por ora. Nesses casos a Funbio faria a contratação da embarcação apenas garantindo que o seguro de vida dos passageiros e tripulantes fosse contratado. Para tanto a FUNBIO pediu que a ICMBio e demais órgãos gestores expressassem conhecimento das condições em que esse tipo de contrato estaria acontecendo.

- Em relação ao Item 2 do Ofício SEI nº 134/2018-DIMAN/ICMBio, o FUNBIO propõe "anuência" do ICMBio em relação às contratações de prestação dos serviços de navegação na Amazônia nas atuais condições.

- Em relação ao Item 3 do Ofício SEI nº 134/2018-DIMAN/ICMBio, o FUNBIO declara que vem procurando as agências da Capitania dos Portos localizadas na Amazônia e firmado parcerias, "as quais se desdobram em

ações conjuntas de apoio à orientação e regularização da inscrição de embarcações, bem como cursos de marinheiro fluvial que estão sendo aplicados junto aos fornecedores do serviço de condutor de embarcação, focando comunitários que hoje pilotam para os gestores das UCs".

- Em relação ao Item 4 do Ofício SEI nº 134/2018-DIMAN/ICMBio, o FUNBIO, declarou que não foi solicitado ao ICMBio que assinasse "Termo de Responsabilidade", nem atestado das condições das embarcações. O pedido feito ao ICMBio e aos demais órgãos gestores é que "conheçam e concordem com as condições de fornecimento dos serviços de navegação que serão contratados. Solicita apenas que o ICMBio e demais órgãos do Programa atestem pleno conhecimento das condições do fornecimento dos serviços associados à execução das ações previstas nos planos operativos das UCs e aprovem estas contratações". Ressalta-se ainda que "em alguma medida, ainda que não se disponham a formalização em um documento específico, este modelo de contratação é do conhecimento dessas entidades, através do planejamento realizado no Plano Operativo das UCs e por meio da aprovação da contratação dos serviços pelos pontos focais nas interações associadas aos pedidos no sistema cérebro", e mais, que "Neste contexto cabe frisar que a pedido do Funbio visa fundamentalmente localizar a responsabilidade do ICMBio e demais órgãos gestores do Programa sobre seus funcionários, que planejam, coordenam e executam as atividades dos Planos Operativos das UCs".

8. Por fim, o FUNBIO declarou que "assim sendo, nos colocando da forma a mais explícita possível, solicitamos que o ICMBio e os demais gestores do Programa, em sendo solicitado no P0 das UCs apoiadas a aluguel de embarcação fora das condições de contratação exigidas pelo Funbio, atestem pleno conhecimento das condições de fornecimento dos serviços associados a execução das ações previstas nos Planos Operativos das UCs e aprovem essas contratações já aceitas pelos pontos focais do programa no ICMBio ou pelos pontos focais estaduais".

9. Na Nota Técnica nº 17/2018/DPES/COTAM/DIMAN/ICMBio, expõe-se as dificuldades nas contratações de serviços de navegação na Região Amazônica, verbis:

4.10. A impossibilidade de contratação de embarcações, está impedindo a realização de atividades relacionadas ao funcionamento dos conselhos consultivos, a implementação dos protocolos de monitoramento da biodiversidade e as operações de fiscalização. Estas atividades estão elencadas nos Marcos Referenciais de consolidação estabelecidos pelo Programa ARPA, que são considerados condições de desembolso. Ou seja, o avanço em consolidação nestes Marcos Referenciais, determina o montante total de recursos que será disponibilizado no próximo no Plano Operativo, comprometendo assim, a manutenção futura dos insumos necessários à execução destas atividades.

4.11. Com o intuito de identificar as unidades que não dispõem de prestadores de serviços com embarcações regulamentadas, o FUNBIO realizou levantamento junto aos gestores, por meio de questionário eletrônico, o que resultou em um total de 12 unidades de conservação federais nestas condições. Em contato com os gestores destas unidades, a Divisão de Projetos Especiais foi informada de que todas as atividades que demandam embarcações maiores, estão suspensas desde o início do ano, portanto, já estão com suas metas de consolidação totalmente comprometidas.

4.12. Diante da situação apresentada pelo diagnóstico acima relatado, a solução proposta pelo FUNBIO e reforçada pela Carta nº 462/2018 (SEI 3583219), foi de que, para os casos excepcionais, além da contratação de seguro individual por passageiros, foi imposto, como condição irrevogável, que o ICMBio, ateste conhecimento sobre as condições da contratação, por meio da assinatura de Termo de Responsabilidade, a fim de compartilhar encargos posteriores, que possam incidir sobre o contratante.

4.13. No entanto, consta no Acordo de Cooperação Técnica, firmado entre ICMBio e FUNBIO (SEI 3895435), para a implementação do Programa ARPA, os seguintes compromissos e responsabilidades dos participantes:

Cláusula Terceira:

Parágrafo Único: O ICMBio não será responsável solidariamente, direta ou indiretamente, por quaisquer atividades ou obrigações que não tenha assumido expressamente nesse instrumento.

Item II – compete ao FUNBIO:

b) Contratar em seu nome, com os recursos do Fundo de Transição, observado o disposto no MOP, ações previamente definidas nos Planos Estratégicos Plurianuais, previamente definidos e aprovados pelo Comitê de programa, conforme as regras definidas na legislação brasileira e nos contratos de doação, observando ainda os procedimentos estabelecidos no Manual Operacional do Programa ARPA."

10. Pois bem, a NORMAM - 02/DPC (Normas da Autoridade Marítima Para Embarcações Empregadas na Navegação Interior) constitui norma inafastável para operação de embarcações e todas as condicionantes ali descritas para embarcações, pilotos e tripulantes não podem ser desprezadas pura e simplesmente. Se há limitações de ordem técnico-operacional das embarcações, comprometendo, sobretudo, a segurança de tripulantes e passageiros, além de equipamentos, é óbvio que a operação das embarcações nessas condições podem comprometer a execução dos Programas do Projeto ARPA.
11. A questão parece ser de cunho jurídico-legal, não só porque existem regras que os responsáveis pelas embarcações não estão cumprindo para a prestação de serviços de transporte aquaviário - e por isso não podem obter a documentação de comprovação de regularidade do serviço de transporte, mas também, e principalmente, porque se esteja impondo ao ICMBio uma responsabilidade pelo ateste de pleno conhecimento das condições de fornecimento dos serviços associados à execução das ações previstas nos Planos Operativos das UCs, de forma a aprovar essas contratações já aceitas pelos pontos focais do programa no ICMBio ou pelos pontos focais estaduais,
12. Percebe-se que não se está, de fato, exigindo do ICMBio que assine um "Termo de Responsabilidade". Se está apontando apenas que deve o ICMBio conhecer os fatos, atestando o seu conhecimento, porquanto seja o ICMBio ator e participe no Acordo de Cooperação para execução do Projeto ARPA - Fase III, e ainda mais porque é o ICMBio quem indica para contratar. De outro lado, se é o FUNBIO quem libera os recursos, deseja essa entidade que as contratações ocorram dentro da maior legalidade. Alega o FUNBIO que inclusive está promovendo ações junto às Agências da Capitania dos Portos no sentido de se obter maior índice de regularização de embarcações, Pilotos e tripulações, "firmando parcerias, as quais se desdobram em ações conjuntas de apoio a orientação e regularização da inscrição de embarcações, bem como cursos de marinheiro fluvial".
13. O FUNBIO declara, por fim, que "por hora não serão realizadas pelo Funbio as contratações de embarcações sem a documentação exigida pela Normam 2 até que chegemos a um entendimento comum a esses pontos". Assim, estabeleceu-se um impasse, não só jurídico, mas também administrativo.
14. E talvez por isso mesmo é que no Ofício 5654/2018-MMA, o Departamento de Áreas Protegidas do MMA infirma que não se alcançou avanços nas negociações anteriores, e que "não estão sendo realizadas pelo Funbio as contratações de embarcações sem a documentação exigida até que chegemos a um entendimento comum a esses pontos", informando, no entanto, que se está avaliando quanto aos próximos passos e possível discussão no âmbito dos colegiados do Programa. E, para tanto, informa-se que "consultamos quanto a situação atual daquelas 14 UCs identificadas como exceção, se foram identificadas, no âmbito do órgão gestor, alternativas para as mesmas, e quanto as dificuldades para o cumprimento dos cronogramas de atividades planejadas e metas o Programa, que dependem deste tipo de contratação". Sugeridos encontros para fins de agosto e início de setembro, não há notícias de que tenha havido alguma reunião para discutir o assunto.
15. Se o FUNBIO não realiza as contratações, as atividades inerentes à execução do Projeto ARPA, tais como atividades relacionadas ao funcionamento dos conselhos consultivos, a implementação dos protocolos de monitoramento da biodiversidade e as operações de fiscalização, podem restar comprometidos. Estaria então, havendo, por parte do FUNBIO, um descumprimento das disposições do Acordo de Cooperação celebrado com o ICMBio? E o ICMBio, por sua vez, está deixando de atentar para regras legais quanto à navegação dos rios da Amazônia?
16. Em verdade, a responsabilidade direta pela regularidade do serviço de transporte aquaviário é o responsável legal da empresa de transporte respectiva. Segundo a NORMAM - 02/DPC, esse responsável é o Armador, assim definido no Item 0214 da NORMAM:
- 0214 - REGISTRO, CANCELAMENTO E A VERBAÇÃO DA CONDIÇÃO DE ARMADOR
- É considerado armador, nos termos da legislação em vigor, a pessoa física ou jurídica que, em seu nome e sob sua responsabilidade, apresta a embarcação com fins comerciais, pondo-a ou não a navegar por sua conta. Nesse conceito também se incluem aqueles que tenham o exclusivo controle da expedição, sob qualquer modalidade de cessão, embora recebam a embarcação devidamente aparelhada, desde que possuam sobre ela poderes de administração.
17. Também nesse mesmo Diploma Legal, ao Comandante da Embarcação há indicação de responsabilidade sobre a regularidade acerca de funções e operacionalidade da embarcação, assim como ao concessionário de serviços de transporte de passageiros, seja ele armador ou proprietário, verbis:

0518 - RESPONSABILIDADE

O Comandante da embarcação será o responsável perante a Autoridade Marítima, conforme aplicável, pelo cumprimento dos requisitos previstos na seção II deste Capítulo.

.....omissis.....

CAPÍTULO 10

REQUISITOS ADICIONAIS PARA O TRANSPORTE DE PASSAGEIROS E PARA A NAVEGAÇÃO DE TRAVESSIA

SEÇÃO I

TRANSPORTE DE PASSAGEIROS

1000 - APLICAÇÃO

Estabelecer os requisitos operacionais para o transporte regular de passageiros.

1001 - INFORMAÇÕES AOS USUÁRIOS

a) As embarcações deverão ter, em locais visíveis ao público, placas indicando:

- 1) Os limites máximos de carga e de passageiros por convés;
- 2) Local de guarda dos coletes salva-vidas;
- 3) Localização das saídas de emergência;
- 4) Telefone da empresa responsável pela embarcação;
- 5) Telefone da CP, DL ou AG da área de jurisdição;
- 6) Endereço eletrônico da Ouvidoria (Fale Conosco) da CP, DL ou AG da área de jurisdição;
- 7) Na navegação de travessia, recomendando que as pessoas não permaneçam no interior dos veículos, enquanto a embarcação estiver em movimento; e

b) A concessionária deverá fixar em local visível ao público, junto aos pontos de embarque, os horários regulares de embarque.

1002 - DEVERES DO CONCESSIONÁRIO

Caberá ao concessionário, na qualidade de armador ou proprietário da embarcação:

- a) A observância destas normas bem como a implementação de outras medidas de segurança que se fizerem necessárias;
- b) Comunicar imediatamente à CP, DL ou AG com jurisdição sobre a área, a ocorrência de acidentes e fatos da navegação;
- c) Estabelecer controle de embarque de passageiros, em função da lotação da embarcação;
- d) Assegurar o uso de uniformes estabelecido pela empresa para os tripulantes; e
- e) Promover contínuo adestramento para as tripulações quanto à condução, amarração, fundeio, distribuição dos veículos a bordo, combate a incêndio e faina de abandono e demais situações de emergência. Este adestramento deverá estar previsto em programas e sua execução documentada por meio de registro. Cópia desses programas deverão ser mantidos a bordo.

18. Com efeito, não se pode reputar aos contratantes de serviços de transporte aquaviário interno a responsabilidade sobre aspectos jurídicos e técnicos que não lhes cabe dirimir, porquanto há responsabilidade direta e imediata do concessionário de serviço de transporte aquaviário de Interior, seja ele Armador ou proprietário, assim como também há responsabilidade direta do Comandante da embarcação sobre todos os aspectos técnicos e legais da navegação.

19. Sob esse prisma, não haveria porque entender-se, a priori, que o ICMBio ou qualquer outra pessoa jurídica ou física que contratasse ou indicasse o serviço de transporte aquaviário, viesse a assumir responsabilidade direta por quaisquer responsabilidades sobre a situação irregular de embarcação, cuja aferição, afinal, não se pode exigir, senão de profissionais do setor aquaviário e marítimo.

20. Dessa forma, há de entender-se que não procede a exigência do FUNBIO de que o ICMBio assumira conhecer fragilidades do serviço de transporte aquaviário a ser contratado, assinando um "Termo de Responsabilidade" como se fosse responsável pela fiscalização desse serviço de transporte.

21. De outro lado, o posicionamento do FUNBIO passa a assumir um posicionamento temerário, quando está a

exigir a assinatura de um "Termo de Responsabilidade" pelo ICMBio, ao entender que haja risco (potencial) pelo fato de uma ou outra empresa de navegação não possuir toda a documentação acerca da regularidade do serviço, para que ele, o FUNBIO, efetive a contratação, já que está a impor uma exigência não prevista no ajuste firmado entre as duas entidades, de tal forma que poderá trazer como consequência prejuízos na execução do Projeto ARPA, conforme pactuado, ao não realizar a contratação do serviço de transporte. Nem há de se argumentar que a contratação desta ou daquela embarcação se deva a uma possível indicação de Unidade de Conservação do ICMBio beneficiária do Projeto ARPA, porque a UC apenas apresenta um planejamento operacional, que certamente não indica especificamente qualquer embarcação; no máximo pode estar a indicar um determinado tipo de embarcação, em razão dos materiais e contingente de pessoas a serem transportadas.

22. Repise-se que não pode esta Autarquia quedar-se como responsável por circunstâncias específicas de transporte aquaviário interno, a que, nem o ICMBio, nem o próprio FUNBIO, tem, como visto acima, responsabilidade direta e imediata sobre quaisquer sinistros envolvendo serviços de transporte aquaviário ou marítimo contratado, ainda que já tenha ocorrido acidente com embarcação no curso de uma ou outra atividade realizada na execução do objeto do Acordo de Cooperação.

III - CONCLUSÃO

23. Ante o exposto, considerando-se exclusivamente os aspectos jurídicos envolvidos na consulta, tem-se a infirmar que não cabe ao ICMBio assinar "Termo de Responsabilidade" nos moldes propostos pelo FUNBIO, porquanto a Autarquia não tem responsabilidade em relação à documentação e regularidade de embarcação na contratação de serviço de transporte aquaviário interno, quando seja necessário promover-se contratações de serviços de transporte aquaviário, com recursos do Programa ARPA, pelo próprio FUNBIO.

24. À consideração superior e, após, à DIMAN, para conhecimento e providências de seu mister.

Brasília, 13 de outubro de 2018.

LUÍS FELIPE DA CUNHA NEVES GONZAGA
PROCURADOR FEDERAL

Atenção, a consulta ao processo eletrônico está disponível em <http://sapiens.agu.gov.br> mediante o fornecimento do Número Único de Protocolo (NUP) 02070003814201835 e da chave de acesso 8213fc36

Documento assinado eletronicamente por LUIS FELIPE DA CUNHA NEVES GONZAGA, de acordo com os normativos legais aplicáveis. A conferência da autenticidade do documento está disponível com o código 182698680 no endereço eletrônico <http://sapiens.agu.gov.br>. Informações adicionais: Signatário (a): LUIS FELIPE DA CUNHA NEVES GONZAGA. Data e Hora: 07-11-2018 22:11. Número de Série: 13590982. Emissor: Autoridade Certificadora SERPRORFBv4.



ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO
PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
PROCURADORIA FEDERAL ESPECIALIZADA JUNTO AO INSTITUTO CHICO MENDES DE
CONSERVAÇÃO DA BIODIVERSIDADE
COORDENAÇÃO DE MATÉRIA ADMINISTRATIVA

DESPACHO n. 00423/2018/COMAD/PFE-ICMBIO/PGF/AGU

NUP: 02070.003814/2018-35

**INTERESSADOS: INSTITUTO CHICO MENDES DE CONSERVAÇÃO DA BIODIVERSIDADE -
ICMBIO**

ASSUNTOS: MEIO AMBIENTE

1. Aprovo o **PARECER nº 00286/2018/COMAD/PFE-ICMBIO/PGF/AGU**(Seq. 8), por seus próprios fundamentos, com o reforço de que é vedado à administração contratar com particulares que não demonstrem o atendimento dos requisitos de habilitação jurídica, técnica e econômica compatíveis com o objeto da prestação do serviço/fornecimentos, no que se incluem os requisitos legais específicos do setor, a exemplo da autorização para o transporte aquaviário pelo órgão regulador.
2. Aplicada a mesma lógica ao caso concreto, estando a administração pública conformada à estrita legalidade, não podendo contratar com particulares em situação irregular, igualmente não pode assumir compromisso, sob qualquer forma de compartilhamento de responsabilidade, no bojo do acordo de cooperação em testilha para anuir com a contratação de prestadores de serviço que não atendam ao escopo do setor regulado, sob pena de extrapolar seus limites legais de atuação.
3. Nesse sentido, sem descuidar da problemática enfrentada no local de execução do ajuste, entende-se que a proposta apresentada pelo FUNBIO não deve ser acatada pelo ICMBio, tanto porque não há juridicidade, quanto porque, em termos práticos, não tem o condão de sanear a situação narrada no feito. Parece mais efetivo buscar junto à Capitania dos Portos e órgãos envolvidos na fiscalização medidas de ajustamento das empresas prestadoras do serviço de transporte ao marco legal do que pretender trazer ao órgão ambiental compromissário, com ares de bravata, responsabilidades que não possui.
4. À DIMAN/ICMBio, para conhecimento e providências de seu mister.

Brasília, 12 de novembro de 2018.

Alessandra Andrade M. C. de Albuquerque
Procuradora Federal
Coordenadora Nacional de Matéria Administrativa PFE/ICMBio

Atenção, a consulta ao processo eletrônico está disponível em <http://sapiens.agu.gov.br> mediante o fornecimento do Número Único de Protocolo (NUP) 02070003814201835 e da chave de acesso 8213fc36

Documento assinado eletronicamente por ALESSANDRA ANDRADE MEDEIROS C DE ALBUQUERQUE, de acordo com os normativos legais aplicáveis. A conferência da autenticidade do documento está disponível com o código 194153342 no endereço eletrônico <http://sapiens.agu.gov.br>. Informações adicionais: Signatário (a): ALESSANDRA ANDRADE MEDEIROS C DE ALBUQUERQUE. Data e Hora: 12-11-2018 10:41. Número de Série: 2329441314411165785. Emissor: AC CAIXA PF v2.
